

Resenha

Dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento global

Paulo Roberto de Almeida

Doutor em Ciências Sociais
pela Universidade de Bruxelas,
diplomata

THE WORLD BANK

MINIATLAS OF GLOBAL DEVELOPMENT

(WASHINGTON: THE WORLD BANK, 2004, 66 p; ISBN: 0-8213-5596-1)

Este pequeno livro, no número de páginas e nas dimensões, constitui, na verdade, um grande volume de referência para dados comparativos sobre todos os países do mundo (e suas macrorregiões) no que se refere a um conjunto de indicadores essenciais do ponto de vista da medição objetiva das situações de bem-estar e de desenvolvimento social. Com efeito, ele permite visualizar rapidamente a posição relativa, individual e coletiva desses países e regiões no que diz respeito aos dados relevantes, para avaliar qual é a situação de partida e como eles se posicionam em 2001 para aferir, mais adiante, quão próximos (ou distantes) esses países podem estar em face da tarefa de cumprir os objetivos fixados nas metas do milênio, isto é, o conjunto de metas estabelecidas pelas Nações Unidas em 2001 a serem cumpridas até 2015. Ele dá a linha de partida, em função da qual exercícios comparativos podem ser feitos.

As metas do milênio, hoje bastante conhecidas, são as seguintes: 1) erradicar a fome e a pobreza extrema (reduzir à metade, até 2015, a proporção de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia, bem como a proporção dos que são afetados pela fome); 2) alcançar a universalização da educação primária (conseguir que meninos e meninas completem o ciclo da escola fundamental); 3) promover a igualdade de gênero e a capacitação das mulheres (eliminar até 2005, as disparidades na educação primária e secundária e, até 2015, em todos os níveis educacionais); 4) redução da mortalidade infantil

(redução em dois terços da taxa para os menores de cinco anos); 5) melhorar a saúde materna (redução em três quartos da taxa de mortalidade materna); 6) combater a Aids, a malária e outras grandes doenças (reduzir à metade e começar a diminuir, até 2015, a propagação da Aids, bem como a incidência da malária e de outras enfermidades); 7) assegurar a sustentabilidade ambiental (integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas públicas e reverter a perda de recursos naturais; reduzir à metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável; melhorar, até 2020, as condições de vida dos habitantes de favelas); 8) alcançar uma parceria global para o desenvolvimento (sistemas financeiro e de comércio internacional abertos e não discriminatórios; atender aos requerimentos especiais dos países menos desenvolvidos; tratamento adequado para o problema da dívida externa; estratégias de trabalho decente e produtivo; acesso a medicamentos a preços convenientes; integração às novas tecnologias da informação e da comunicação, em cooperação com o setor privado). Trata-se, como se vê, de uma grande agenda de desenvolvimento humano, como nunca antes se fez na história do multilateralismo (que tinha conhecido, até aqui, “décadas” temáticas para o desenvolvimento, por exemplo, sem que no entanto metas precisas fossem definidas para alcançar o objetivo geral).

Para cada uma das dimensões contempladas nas metas, o *miniAtlas* comporta as estatísticas disponíveis para cada um dos países membros da ONU, tal como constantes de duas publicações mais abrangentes da mesma instituição – os *World Development Indicators* e o *World Bank Atlas*. Sua vantagem é a de compilar, numa publicação de bolso, o essencial daqueles dados e apresentar ainda uma série de mapas, tabelas e gráficos colocando em perspectiva comparada os indicadores para as grandes regiões do planeta. A tabela seletiva que preparamos a partir das informações apresentados no *miniAtlas*, e que acompanha esta resenha, apresenta os dados relevantes para esse conjunto de dimensões (população, saúde, economia, meio ambiente e vínculos globais) do Brasil e dois outros grupos de países: os emergentes (com indicadores comparáveis aos do Brasil) e os países avançados, em relação aos quais a distância é ainda considerável, mas cuja condição geral não pode ser considerada inalcançável, se países como o Brasil estabelecerem uma estratégia de superação de obstáculos, segundo um plano de médio prazo.

As metas do milênio constituem, portanto, uma metodologia útil, na medida em que tendem a apresentar de modo objetivo, com o máximo possível de indicadores quantificáveis, o esforço que deve ser ainda engajado até 2015, para que essa distância seja encurtada, ou quem sabe até eliminada. Elas não são perfeitas, do ponto de vista de um país como o Brasil, pois constituem uma espécie de mínimo denominador comum aos países em desenvolvimento, colocando em uma mesma base de comparação situações que são desiguais e que requerem esforços diferenciados, segundo a posição individual de cada um dos países. Pensamos, por exemplo, na eliminação das diferenças de gênero no processo de escolarização, algo dirigido a países africanos e islâmicos, do que a sociedades de perfil mais inclusivo, como é o caso do Brasil.

As metas são marcadamente sociais – ainda que indiretamente elas contemplem aspectos tecnológicos, como o acesso a computadores, por exemplo – mas não alcançam a dimensão institucional para se lograr melhores taxas de equidade e de distribuição da renda, a não ser pelo acesso a bens públicos como educação e saúde, e a redução geral da pobreza. Países dotados de sociedades complexas e diversificadas como o Brasil muito ganhariam em partir das metas do milênio para estabelecer suas próprias metas, eventualmente mais abrangentes e até mais ambiciosas do que as da ONU, como forma de avançar no caminho da promoção social e da melhoria das condições de vida. Fórmulas diversas podem ser tentadas e um critério objetivo para um país como o Brasil poderia ser, por exemplo, estabelecer *benchmarks* específicos (inclusive em dimensões não contempladas nas metas da ONU) a serem alcançados em prazo determinado.

Um critério válido de progresso abrangente a ser perseguido pelo Brasil seria alcançar, até 2015, a média da OCDE para um conjunto de metas sociais, econômicas, científicas e ambientais que essa organização seleciona na lista de indicadores relevantes dos países membros. Por que a média da OCDE? Porque o Brasil estaria fixando o modesto objetivo de alcançar uma espécie de “classe média” mundial, por meio da mobilização de esforços em campos que podem ser imediatamente comparados com países colocados em situação similar do ponto de vista do potencial industrial e tecnológico (mas em relação aos quais os dados sociais e educacionais são vergonhosos para o Brasil).

Dito isto, vejamos que ensinamentos e informações úteis podemos extrair deste pequeno volume. O Banco Mundial classifica os países em três grandes grupos de renda *per capita*: baixa renda (até US\$ 745), renda média (a faixa intermediária até US\$ 9.206) e alta. A maior parte do crescimento demográfico desde meados do século XX – quando o mundo passou de 2,5 bilhões de pessoas para 6,1 bilhões em 2001 – deu-se, obviamente, nos países em desenvolvimento, apesar de que o ritmo da progressão demográfica tenda a diminuir (para menos de 1% ao ano). Cerca de 1,6 de novos habitantes serão acrescentados até 2025 ao estoque existente, dos quais 96% localizados nos países de renda média e baixa (a taxa de fertilidade caiu de 4,1 nascimentos por mulher em 1990, para apenas 2,8 em 2001).

A esperança de vida elevou-se de modo consistente em todas as regiões nos últimos 15 anos, com exceção da Rússia (menos três anos) e da África subsaariana (menos dois anos, mas menos 15 anos na África do Sul, em função da Aids). Um indicador importante do ponto de vista do bem-estar dos países de renda baixa é o grau de dependência a cargo da população economicamente ativa: na África subsaariana, cem trabalhadores sustentam 83 crianças abaixo de 15 anos, comparado com apenas 27 crianças nos países mais avançados.

A taxa de matrícula é um dos mais poderosos indicadores selecionados para as metas do milênio. Em 2015, se espera que todos os países em desenvolvimento tenham garantido plena escolarização primária para todas as crianças, um objetivo facilmente alcançável (e de fato já alcançado) na maior parte dos países da Ásia Oriental e da América Latina, contra quase nenhum progresso na África subsaariana. Ainda assim, os países da América Latina precisam progredir: suas crianças apresentam somente seis anos de escolarização, em média, contra mais de dez anos nos países avançados. Em alguns países, o que ocorreu, na verdade, foi uma dramática involução, como no Afeganistão, onde apenas 8% das crianças completaram a escola primária em 1999, um declínio vergonhoso a partir da taxa já baixa de 26% em 1993.

O Brasil apresenta a invejável (e talvez enganosa) taxa de 97% de matrículas escolares no primário, proporção superior à dos Estados Unidos (95%), da Austrália (96%) e, surpreendentemente, da Alemanha (com 87%, segundo o *miniAtlas*). Se fossem computados os dados relativos à evasão escolar em cada um desses países, a comparação seria bem mais desfavorável ao Brasil, para nada mencionar na qualidade do ensino ministrado. Em todo caso, tanto

em matéria de ingresso no ciclo primário como no que se refere à igualdade de gêneros na escolarização, o Brasil deve cumprir facilmente, e antes do prazo, as metas fixadas multilateralmente pela ONU.

O analfabetismo adulto (população acima de 15 anos) caiu em todas as regiões entre 1990 e 2001, estando ainda na faixa de 24% (a partir de 30%) nos países de renda média e baixa, sendo que as mulheres respondem por dois terços dos 860 milhões de analfabetos adultos nesses países. No campo da mortalidade infantil, o Brasil precisa fazer progressos muito rápidos, uma vez que com 36 óbitos para cada mil nascimentos, sua taxa é o dobro da conhecida na Argentina e seis vezes superior à dos países mais avançados (mais de dez vezes em relação à Suécia, por exemplo).

A definição de pobreza varia muito de país a país, embora se admita que um consumo inferior ao equivalente a US\$ 1 por dia constitua a linha de divisão para os países mais pobres (nos países medianamente desenvolvidos, o limite pode se situar na faixa de US\$ 2 ou mais por dia). Nos anos 90, a pobreza extrema declinou significativamente nos países da Ásia Oriental, ao passo que ela estagnou na América Latina e aumentou, pelo menos em números absolutos, na Europa Oriental e na Ásia Central. O país mais pobre do mundo, em 2001, era a República Democrática do Congo, onde a renda média por habitante alcançava apenas US\$ 80, ao passo que o mais rico, o pequeno Luxemburgo, ostentava quase US\$ 40 mil. Ainda no terreno comparativo, o PIB global dos Estados Unidos era, em 2001, dez vezes maior do que a produção conjunta de todos os países menos avançados. O Brasil se situa na faixa dos países de renda média, mas num estrato inferior ao dos vizinhos do Cone Sul.

A importância do investimento direto estrangeiro não precisa mais ser ressaltada, tanto no plano da incorporação de novas tecnologias como no da melhoria da inserção econômica internacional. O Brasil foi um dos países que mais se beneficiou, junto com a China, do aumento significativo de IED ao longo dos anos 90, mas parece ter perdido impulso no início da presente década, e não apenas pela interrupção do programa de privatizações. Para o conjunto dos países de renda média e baixa, onde se insere o Brasil, a participação do IED no PIB aumentou substancialmente ao longo da década, tendo passado de apenas 0,9% a mais de 4%, ao passo que a progressão nas economias avançadas foi mais modesta, aumentando de 3

para 5,3%. Um dos exemplos mais dramáticos de aumento da importância do IED na dinâmica econômica foi registrado pela Irlanda, o tigre celta, onde o investimento estrangeiro chegou a representar 99,9% da formação bruta de capital em 2000; a Indonésia, em contrapartida, experimentou uma saída líquida de IED de cerca de US\$ 3,3 bilhões em 2001, situação que já tinha sido conhecida pelo Brasil no final dos anos 80 e início da década seguinte, mais em virtude da descoordenação macroeconômica e da deterioração temporária do ambiente regulatório do que devido à ausência absoluta de fatores de atratividade estrutural.

Esses fatores, na verdade, tendem a favorecer a posição do Brasil como recipiendário líquido de investimentos, seja pelo tamanho do seu mercado interno, seja pela adjunção dos mercados nacionais do Cone Sul, seja ainda pela tradição capitalista de seu sistema econômico. Infelizmente, o Brasil é um dos países em desenvolvimento endividados, com o serviço da dívida mobilizando parte substancial de suas receitas de exportações. Na vertente negativa, a participação do comércio na formação do PIB é modesta no Brasil (inferior a 25%), ainda que ela tenha aumentado de forma geral nos países de renda média, de um coeficiente de 35,5% em 1990 para 50,8% em 2001, proporção mais elevada do que a encontrada nas economias de alta renda.

No terreno dos fluxos de comércio, cabe registrar uma tendência positiva, no sentido do aumento do intercâmbio de comércio entre países em desenvolvimento, à razão de 13% nos anos 90, comparativamente a um aumento de apenas 5,5% no comércio entre economias avançadas. As exportações dos países em desenvolvimento para os países ricos também experimentaram crescimento da ordem de 11%. Do ponto de vista da composição das trocas, as vendas de serviços cresceram rapidamente no mesmo período, mas as exportações de bens ainda respondem por 80% do comércio mundial.

No capítulo da ajuda oficial ao desenvolvimento, o Brasil está registrado no *miniAtlas* como recipiendário de valores modestos em 2001, entre US\$ 1 e US\$ 10 *per capita*, mas de fato ele converteu-se, nos últimos anos, em doador líquido de recursos para fins de cooperação técnica. De todas as regiões, a América Latina é a que menos recebe ajuda em proporção da sua renda global (menos de 0,3% em 2001), ao passo que a África subsaariana tornou-se dependente desses recursos, à razão de 4,6% de sua renda. No cômputo global,

entretanto, os fluxos de ajuda para os países mais pobres, diminuíram nos anos 90, passando de um total de US\$ 58 bilhões em 1990, para apenas US\$ 52 bilhões em 2001, e uma diminuição *per capita* de US\$ 13 a US\$ 11 nesse período.

A chamada inclusão digital pode ser medida pelo número de computadores por habitante, terreno no qual o Brasil, infelizmente, mantém ainda resultados modestos: 63 computadores por mil habitantes em 2001. No cenário global, os países em desenvolvimento exibiam apenas 22 computadores por mil habitantes, contra mais de 400 nas economias avançadas. Ainda assim, o tamanho do fosso digital foi reduzido nesse período, já que a proporção de 40 usuários da internet nos países avançados para cada um nos países em desenvolvimento foi dividida por dois. Entre 1995 e 2001, o aumento dos usuários de internet na América Latina registrou uma taxa de apenas 91%, contra mais de 150% na Ásia Oriental. As indústrias de tecnologia de informação e de comunicação vêm registrando progressos em alguns países em desenvolvimento: na Índia, por exemplo, a indústria de software já contava com 14% das exportações totais e empregava mais de 400 mil profissionais.

No que se refere à infra-estrutura de telecomunicações – setor altamente dependente de investimentos estrangeiros –, os progressos foram dramáticos ao longo da década, sobretudo no que se refere ao uso de telefone celular, mesma situação observada no Brasil. A América Latina é uma das regiões melhor equipadas nesse particular, mas ainda assim o número de 161 usuários de celular por mil habitantes (superior ao de todas as outras regiões em desenvolvimento) é bastante inferior ao indicador das economias avançadas, que exibiam 609 usuários em 2001. No plano mais geral do custo nominal das comunicações, parece haver uma inversão direta na relação entre renda *per capita* e o preço de uma ligação internacional, já que nos países em desenvolvimento as tarifas tendem a ser elevadas quando comparadas com o preço acessível nos países mais ricos, em termos relativos e absolutos.

A tabela que se encontra no final do texto, compilada a partir dos dados apresentados no *miniAtlas*, apresenta o conjunto dos dados para um número seletivo de países, basicamente com os que podem ser comparados com o Brasil (alguns em faixas elevadas de renda, como a Grécia e a Coréia do Sul) e, como referência da distância que ainda resta para ser percorrida, as economias do G-7 e alguns emergentes de sucesso, como a Espanha, por exemplo. Os

indicadores relativos à taxa de matrícula demonstram uma situação positiva e bastante uniforme em quase todos os países, mas a mortalidade infantil apresenta grandes discrepâncias no bloco intermediário, onde novamente a Grécia e a Coréia apresentam taxas similares às dos países avançados (e situações calamitosas na África do Sul e na Índia). Um bom indicador de desempenho econômico refere-se à proporção do comércio de bens no “PIB de bens”, terreno que a Coréia e o México apresentam percentuais superiores comparados aos de países avançados. O *miniAtlas* não apresenta o percentual do Brasil nesse particular, mas ele é reconhecidamente baixo.

No cenário regional, a África do Sul é o único país africano selecionado para integrar essa amostra, num continente que experimentou um retrocesso dramático ao longo das últimas duas décadas de globalização acelerada. Segundo um estudo preparado para o Fórum Econômico Mundial, pelos professores Elsa Artadi (Universidade Harvard) e Xavier Sala-i-Martin (Universidade Columbia), o continente produziu a pior tragédia econômica do século XX, com a quadruplicação da proporção de miseráveis no conjunto de pobres do planeta (40% deles vivem hoje na África, contra apenas 10% em 1970). Segundo esse estudo, o processo de “desenvolvimento” foi tão deficiente que a maior parte dos países subsaarianos está pior agora do que quando ficou independente. Segundo os dois pesquisadores, a renda *per capita* na África subsaariana é US\$ 200 menor hoje do que em 1974, um declínio de 11% num espaço de tempo em que a média do mundo cresceu a taxas anuais de 2%.

Na África, em face dessa perspectiva pessimista, as metas do milênio da ONU correm o risco de não se concretizarem. O ministro britânico das finanças, Gordon Brown, concebeu a iniciativa da *International Finance Facility*, que constitui uma nova liquidez para os investimentos sociais nos países mais pobres.

As metas do milênio também representam um certo desafio para o Brasil, embora bem menor do que o que enfrentam os países africanos e alguns latino-americanos mais pobres. O Brasil ainda apresenta um problema de pobreza setorial e localizada (ainda que bem disseminada nas áreas rurais e favelas urbanas), com um quadro preocupante no velho terreno da distribuição de renda. Os problemas mais graves do ponto de vista da inclusão social e da melhoria dos padrões de vida não são insolúveis e não se encontram

estruturalmente bloqueados por fatores de tão grave dimensão como os conhecidos na África, onde se esgota a erosão do Estado enquanto fator de organização da sociedade, de redistribuição de ativos e de mobilização de recursos escassos para fins de investimento social. O Brasil é um dos países em desenvolvimento que conta com um Estado bem organizado e uma produção própria de ciência e tecnologia, o que representa uma vantagem na mobilização de energias individuais e capacidade social para eliminar, se houver decisão política nesse sentido, os aspectos mais inaceitáveis da pobreza e da desigualdade.

Em contrapartida, o próprio Estado pode representar um problema no Brasil de hoje, onde a carga fiscal vem crescendo desde a Constituição de 1988. A erosão do ambiente microeconômico tem contribuído para diminuir a posição do Brasil no *ranking* de competitividade internacional: na última pesquisa do Fórum Econômico Mundial, ele ocupa a 54ª posição entre 102 nações listadas, atrás de Botsuana, Tunísia, África do Sul, Mauritânia e Namíbia. A regressão do Brasil tem sido constante em outros indicadores – passamos da 8ª à 15ª posição entre as mais importantes economias do planeta –, sinal de que muito resta a ser realizado para nossa plena inserção nos circuitos mais dinâmicos da economia internacional.

A condição para continuar no mesmo lugar é seguir avançando. Quanto a ocupar uma posição de destaque no cenário mundial, depende de um desempenho econômico que o Brasil não foi capaz de garantir nas últimas décadas.

Dados comparativos internacionais: desenvolvimento global

Países	População		Saúde		Economia		Meio Ambiente		Vínculos globais		
	Milhões de habitantes	Taxa de Matriculas primário %	Acesso à água (% da popul.)	Mortalidade de menos de 5 anos	Renda nacional per capita	PIB bilhões US\$	População Urbana %	Emissões de CO2 per capita	Comércio como % do PIB bens	Computadores pessoais (por 1.000)	Linhas de telefone (por 1000)
<i>Brasil</i>	172,4	97	87	36	3.070	502,5	82	1,8	-	63	218
Outros países emergentes											
África do Sul	43,2	89	86	71	2.820	113,3	58	7,9	-	69	112
Argentina	37,5	107	-	19	6.940	268,6	88	3,8	50	91	224
Chile	15,4	89	93	12	4.590	66,5	86	4,2	105	107	233
China	1.271,8	93	75	39	890	1.159,0	37	2,3	66	19	137
Colômbia	43,0	89	91	23	1.890	82,4	75	1,5	-	42	171
Coreia do Sul	47,3	99	92	5	9.460	422,2	82	8,4	153	257	486
Cuba	11,2	97	91	9	-	-	75	2,3	-	20	51
Grécia	10,6	97	-	5	11.430	117,2	60	8,2	106	81	529
Hungria	10,2	90	99	9	4.830	51,9	65	5,6	-	100	374
Índia	1.032,4	-	84	93	460	477,3	28	1,1	-	6	38
Indonésia	209,0	92	78	45	690	145,3	42	1,2	96	11	35
Malásia	23,8	98	-	8	3.330	88,0	58	5,4	-	126	196
México	99,4	103	88	29	5.530	617,8	75	3,9	144	69	137
Rússia	144,8	-	99	21	1.750	310,0	73	9,8	98	50	243
Países avançados											
Alemanha	82,3	87	-	5	23.560	1.846,1	88	9,7	161	382	634
Austrália	19,4	96	100	6	19.900	368,7	91	18,2	98	516	519
Canadá	31,1	99	100	7	21.930	694,5	79	14,4	-	460	676
França	59,2	100	-	6	22.730	1.309,8	76	6,1	149	337	573
Espanha	41,1	102	-	6	14.300	581,8	78	6,8	120	168	431
EUA	285,3	95	100	8	34.280	10.065,3	77	19,7	68	625	667
Itália	57,9	100	-	6	19.300	1.088,8	67	7,3	124	195	471
Japão	127,0	101	-	5	35.610	4.141,4	79	9,1	62	349	597
Reino Unido	58,8	99	100	7	25.120	1.424,1	90	9,2	127	366	588
Suécia	8,9	102	100	3	25.400	209,8	83	5,3	190	561	739

Fonte: The World Bank, *miniAtlas of Global Development*, Washington: The World Bank, 2004